

ATA DA 116ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE VITÓRIA E BARRA DO RIACHO – CAP

Às 9 horas do dia 16 de maio de 2025, foi realizada a 116ª Reunião Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Vitória e Barra do Riacho – CAP, conforme disposto na Lei nº 12.815/2013. A reunião foi presidida pela Conselheira Flavia Nico Vasconcelos, representante da Secretaria Nacional de Portos – SNP/MPOR, nomeada por meio da Portaria MINFRA nº 57, publicada em 2024. Estiveram presentes os conselheiros signatários da lista de presença em anexo, bem como os convidados permanentes: Sr. Pedro Paulo Zucarato, representante do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES; Sr. Watson Barros Valamiel, representante da Log-In; e Sra. Daniela Quadros, representante da ANTAQ. A presidente do CAP, após dar as boas-vindas aos presentes, solicitou à Secretaria a verificação do quórum. **1 – CONTROLE DE MANDATOS DO CAP.** Constatado o quórum, a secretária da mesa apresentou o Controle de Mandatos do Conselho atualizado nesta data, com atenção especial aos mandatos expirados e prestes a expirar. **2 – POSSE DE CONSELHEIROS.** Tomou posse como conselheiro, nesta reunião, o Sr. Celso André Guerra Pinto, representante do Bloco do Poder Público, indicado pelo Governo do Estado do Espírito Santo e designado pela Portaria MPOR/SNP nº 214, publicada no Diário Oficial da União em 04/04/2025. Ato contínuo, a presidente do Conselho sugeriu que, em uma das próximas reuniões, os conselheiros envolvidos no Projeto de Lei nº 733/2025, em especial o conselheiro Fabio Silveira, apresentem a evolução do projeto em suas áreas de atuação. Pontuou, ainda, que seria interessante o CAP enviar um convite formal ao OGMO, solicitando a indicação de um representante para integrar este Conselho. **3 – APROVAÇÃO DE ATAS.** Após análise, foi aprovada a ata da 115ª reunião do Conselho. **4 – PARKLOG.** O conselheiro Celso André Guerra Pinto iniciou a apresentação informando que o Parklog é um programa lançado pelo Governo do Espírito Santo com o objetivo de transformar o estado em um polo logístico estratégico para o Brasil. Ressaltou que a iniciativa busca integrar e fortalecer a infraestrutura existente, com foco no escoamento da produção, especialmente do agronegócio. Relatou que o programa foi ampliado para abranger os municípios de Aracruz, Colatina, João Neiva, Linhares, Serra, Fundão, Ibiraçu e Sooretama, com o objetivo de criar um ambiente propício ao desenvolvimento industrial. Informou que, entre os investimentos previstos, está o desenvolvimento de trechos da Ferrovia EF-118, conectando o município de Anchieta ao Porto do Açú e de Santa Leopoldina a Anchieta, visando maior eficiência e competitividade. Acrescentou que o Governo Federal investirá cerca de R\$ 1 bilhão na duplicação da Rodovia 259, que liga João Neiva a Colatina, além do leilão da BR-101, que ocorrerá em paralelo. Explicou que o projeto é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento (SEDES) e conta com um comitê executivo e um conselho estratégico, compostos por representantes do poder público, empresas e instituições. Por fim, destacou que a proposta visa consolidar o Espírito Santo como um hub logístico nacional, estimulando a economia,

atraindo investimentos e gerando empregos. **5 – RECOMEX.** A presidente informou que o RECOMEX-ES (Conselho Estratégico de Comércio Exterior, Atacadista, Logística e E-commerce do Espírito Santo) é um órgão criado para auxiliar na tomada de decisões e no desenvolvimento econômico do estado. Ressaltou que o conselho é composto por líderes do setor produtivo e representantes do governo, e tem como objetivo adaptar o estado às mudanças decorrentes da reforma tributária. Destacou que o CAP possui uma cadeira no RECOMEX, mencionando que participou da última reunião e poderá representar o Conselho nos próximos encontros, com o intuito de trazer os devidos feedbacks aos conselheiros. Na sequência, o conselheiro Eugênio informou que, a pedido do CAP, convidará o Sr. Sidemar, do SINDIEX, para realizar uma apresentação sobre o RECOMEX em uma das próximas reuniões. O convidado Watson, aproveitando a referência feita ao SINDIEX, citou a mobilização dos Auditores Fiscais da Receita Federal, que considera legítimo o movimento, mas que tem causado impactos na tramitação de pleitos estruturantes, como o alandegamento da área 2 do TVV (antiga área explorada pela Hiper), essencial para ampliar a capacidade de movimentação de cargas. Acrescentou que, em 2024, quando o porto conviveu com problemas de atendimento aos seus usuários, foi criado o Comitê de Crise pelo então Secretário de Desenvolvimento do Espírito Santo (SEDES) Ricardo Ferraço, quando Vports e TVV foram cobrados pelos importadores e exportadores para conclusão da negociação da área. A negociação enfim foi concluída, com contrato assinado em fevereiro de 2025, com previsão de 9 meses de obras para tornar a área operacional. Com a mobilização dos Auditores Fiscais, há risco desse prazo não ser cumprido. Os conselheiros representantes da Prefeitura Municipal de Vila Velha, do Governo do Estado e dos trabalhadores sugeriram ação política, ao que Watson sugeriu chamar reunião do Comitê de Crise, ao que os Conselheiros Eugênio e Celso Guerra ficaram de avaliar com Ricardo Ferraço e Sérgio Vidigal, respectivamente o anterior e o atual SEDES. Os conselheiros observaram que o processo de alandegamento tem se mostrado moroso, ressaltando a necessidade de envolvimento do Secretário de Portos e do Governo do Estado para torná-lo mais ágil e estruturado, de forma a evitar os impactos negativos observados nos últimos dois anos. Ressaltaram, contudo, que o tema deve ser previamente alinhado com os delegados da Alfândega. Diante do exposto, o conselheiro Eugênio informou que, inicialmente, conversará com o Sr. Serrão, presidente da VPorts, para avaliar o melhor caminho estratégico que contribua para o avanço dessa pauta. **6 – RETORNO SOBRE O PEDIDO PARA VIABILIZAR A OPERAÇÃO DO MAPA 24H/DIA.**

O conselheiro Adriano Hantequeste esclareceu que o MAPA informou não ter, no momento, capacidade para operar 24 horas por dia. Comunicou que os aprovados no último concurso estão sendo convocados e contribuirão para a otimização do processo. **7 – REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CAP.** Os conselheiros decidiram aguardar a posse do novo presidente do CAP antes de sugerir quaisquer ajustes ao regimento interno. **8 – RELAÇÃO PORTO-CIDADE E MUDANÇA CLIMÁTICA / CASE PORTO DE SANTOS.** A consultora Manoela Pagotto, da IPorts, apresentou o projeto "Governança da Relação Porto-Cidade para Adaptação à

Mudança Climática", com estudo de caso envolvendo o Porto de Santos e os municípios de Santos e Guarujá. O projeto visa fortalecer a relação entre o porto e as cidades, identificar desafios e sinergias, criar as bases para um grupo de trabalho com governança compartilhada e promover a resiliência climática, com foco na adaptação às mudanças do clima. A metodologia do projeto baseia-se em sete etapas principais: mapeamento de stakeholders (internos, externos e comunitários), aplicação de questionários e entrevistas, realização de oficinas online e grupos focais, elaboração de um plano de ação conjunto, definição de uma estrutura de governança participativa, formação de uma secretaria executiva rotativa com agenda anual de encontros e execução com monitoramento das ações. Foram destacados stakeholders como superintendentes e trabalhadores portuários da APS, representantes do CAP e do CONSAD, terminais portuários, universidades (UNISANTA, CENEP), comunidades locais (pescadores e moradores), e órgãos públicos (SEPORT, SEMAM, Defesa Civil, CEMADEN, entre outros). Ressaltou-se a importância do acesso inclusivo às reuniões, escuta ativa, ambiente seguro, diversidade de perspectivas e co-construção de soluções. As metas e iniciativas do projeto estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforçando o compromisso com a Agenda 2030. **9 – MOVIMENTAÇÃO DE CARGA.** O conselheiro Adriano Hantequeste apresentou os principais avanços e projetos da VPorts, destacando iniciativas operacionais, movimentações de carga e planos futuros. Entre os destaques: alterações no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), celebração de contrato com a empresa Prysmian, licenciamento de novas cargas, início do processo de licenciamento do Porto de Barra do Riacho, retirada do Iron Trader, liberação de navio com DWT de 83 mil toneladas e mapeamento de áreas de apoio logístico. A VPorts também participou da feira Intermodal. No 1º trimestre de 2025, o porto movimentou 2,3 milhões de toneladas, um crescimento de 11% em relação ao mesmo período de 2024. Detalhamento por segmento: Granel Sólido: 891 mil toneladas (+7%), com destaque para fertilizantes, carvão e trigo; Granel Líquido: 320 mil toneladas (+5%), puxado por combustíveis, apesar da queda na soda cáustica; Contêineres: 870 mil toneladas (+21%), com alta em equipamentos e queda em granito, café e veículos; Carga Geral: 44 mil toneladas (+34%), com aumento na movimentação de máquinas. Para 2025, os projetos incluem: conclusão da dragagem de manutenção, ajustes no comissionamento da ferrovia e de armazéns de grãos, estudos sobre restrições portuárias, desenvolvimento de novas cargas, aprimoramento do relacionamento com stakeholders, melhorias no NPS e o desenvolvimento do Porto de Barra do Riacho. Este, por sua vez, integrará a iniciativa ParkLog e incluirá também um projeto *greenfield*.

Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata. Mesa: Flavia Nico Vasconcelos – Presidente Camilla Silva Machado – Secretária. Conselheiros Presentes: Flavia Nico Vasconcelos, Kleber Stein, Wagner Cantarela, Adriano Hantequeste, Fabio Viana Fernandes da Silveira, Katiúscia dos

Santos Lourenço, Eugênio Fonseca, Celso Guerra, Josué King e Robson Luiz de Souza.

FLAVIA NICO VASCONCELOS

Presidente do CAP

*Representante da Secretaria Nacional
de Portos e Transportes Aquaviários
do Ministério de Portos e Aeroportos*

CAMILLA SILVA MACHADO

Secretária do CAP

*Analista de Governança da
Vports Autoridade Portuária*